

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
GENERALIDADES.....	17
1.1 Noções preliminares	17
1.2 Direito Financeiro	19
1.3 Conceito de normas gerais.....	20
1.4 Finalidade da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	20
CAPÍTULO 2	
PRINCÍPIOS DA GESTÃO FISCAL	23
2.1 Conceito de princípio	23
2.2 Princípio do planejamento.....	24
2.2.1 Instrumentos do planejamento	26
2.2.1.1 Plano plurianual.....	26
2.2.1.2 Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).....	31
2.2.1.3 Lei Orçamentária Anual.....	33
2.2.1.4 Natureza jurídica da LOA.....	36
2.3 Princípio da transparência.....	38
CAPÍTULO 3	
PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS.....	41
3.1 Notas preliminares	41
3.2 Classificações das contas públicas segundo o Decreto nº 23.150/33.....	43
3.3 Classificações das contas públicas segundo o Decreto-Lei nº 2.416/40.....	45
3.4 Classificação segundo a Lei Complementar nº 4.320/64	46
3.4.1 Classificação Econômica da Despesa (art. 13, LC nº 4.320/64)	48
3.4.2 Classificação funcional da despesa (art. 8º, §2º, LC nº 4.320/64 – Resolução Ministerial nº 09/74)	49
3.4.3 Classificação funcional da despesa segundo a Portaria nº 42/99.....	49
3.4.4 Classificação econômica das contas públicas segundo a Portaria nº 163/01.....	52
3.5 Importância do plano de classificação de contas públicas.....	54

3.5.1	Classificação das contas públicas como instrumento de informação social	55
3.5.2	Classificação das contas públicas como instrumento de tomadas de decisões governamentais.....	55
3.5.3	Classificação das contas públicas como instrumento do princípio do planejamento	56
3.5.4	Classificação das contas públicas como instrumento de controle.....	57
3.5.4.1	Controle político-administrativo	58
3.5.4.2	Controle jurídico-administrativo	59
3.5.4.3	Controle financeiro jurídico-contábil	60

CAPÍTULO 4

RECEITA PÚBLICA.....	63	
4.1	Noções gerais.....	63
4.2	Conceito.....	65
4.3	Classificação.....	66
4.3.1	Receitas correntes.....	67
4.3.2	Receitas de capital	70
4.4	Instituição, previsão e arrecadação	72
4.5	Estágios da receita pública.....	74
4.5.1	Lançamento	74
4.5.2	Arrecadação	75
4.5.3	Recolhimento	75
4.6	Renúncia de receita.....	76
4.6.1	Formas de renúncia de receita	77
4.6.2	Anistia.....	78
4.6.3	Isenção	79
4.6.4	Remissão.....	80
4.6.5	Subsídio	80
4.6.6	Crédito Presumido.....	81
4.6.7	Alteração de alíquotas.....	81
4.6.8	Alteração da base de cálculo	82

CAPÍTULO 5

DESPESA PÚBLICA.....	83	
5.1	Conceito de despesa pública	83
5.2	Estágios da despesa pública	86
5.2.1	Empenho	86
5.2.1.1	Espécies de empenho.....	89
5.2.2	Liquidação.....	91
5.2.3	Pagamento.....	92
5.3	Classificação da despesa pública	93
5.3.1	Despesas correntes.....	93
5.3.2	Despesas de capital.....	94

5.4	Da geração da despesa pública	95
5.5	Espécies da despesa pública	96
5.5.1	Despesa obrigatória de caráter continuado.....	96
5.5.2	Despesas com Pessoal.....	97
5.5.3	Despesas com a seguridade social	102

CAPÍTULO 6

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	105	
6.1	Conceito e espécies de transferências	105
6.1.1	Transferências correntes.....	106
6.1.2	Transferências de capital.....	107
6.1.3	Transferências voluntárias.....	108

CAPÍTULO 7

DÍVIDA PÚBLICA	111	
7.1	Noções preliminares.....	111
7.2	Conceito e espécies de dívida pública	112
7.3	Dívida Pública Consolidada.....	113
7.4	Dívida Pública Mobiliária.....	114
7.5	Dívida Consolidada Líquida	115
7.6	Dívida flutuante	117

CAPÍTULO 8

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	121	
8.1	Conceito de operação de crédito.....	121
8.2	Espécies de operações de crédito.....	122
8.3	Limites das operações de crédito.....	123
8.4	Condições para a concessão das operações de crédito.....	124
8.5	Das vedações para as operações de crédito.....	125

CAPÍTULO 9

GARANTIA E CONTRAGARANTIA	127	
9.1	Conceito de garantia.....	127
9.2	Da concessão da garantia.....	127
9.3	Conceito de contragarantia.....	132
9.4	Da concessão da contragarantia.....	132

CAPÍTULO 10

RESTOS A PAGAR	135	
10.1	Noções preliminares.....	135
10.2	Conceito de dívidas encerradas	139
10.3	Conceito de restos a pagar à luz da Lei Complementar nº 4.320/64 e do Decreto-Lei nº 836/69	142
10.4	Conceito de restos a pagar à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00	145
10.5	Conclusão.....	148

CAPÍTULO 11

ORÇAMENTOS PÚBLICOS	151
11.1 Noções preliminares.....	151
11.2 Origem do orçamento.....	152
11.3 Aspectos do orçamento.....	153
11.3.1 Aspecto jurídico.....	153
11.3.2 Aspecto político.....	154
11.3.3 Aspecto econômico.....	155
11.3.4 Aspecto técnico-contábil.....	155
11.4 Princípios orçamentários.....	157
11.4.1 Conceito.....	157
11.4.2 Princípio da unidade.....	157
11.4.3 Princípio da anualidade.....	157
11.4.4 Princípio da universalidade.....	157
11.4.5 Princípio da legalidade.....	158
11.4.6 Princípio da exclusividade.....	158
11.4.7 Princípio da especialização.....	159
11.4.8 Princípio do equilíbrio orçamentário.....	160
11.5 Tipos de Orçamento.....	160
11.6 Plano plurianual.....	161
11.7 Orçamento anual.....	162
11.8 Lei de Diretrizes Orçamentárias.....	165
11.9 Orçamentos das Câmaras Municipais.....	167

CAPÍTULO 12

SISTEMAS DE CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	171
12.1 Noções preliminares.....	171
12.2 Sistemas de controles dos atos públicos.....	172
12.3 Sistema de controle administrativo.....	173
12.4 Sistema de controle legislativo.....	177
12.5 Sistema de controle jurisdicional.....	180
12.6 Sistema de controle popular.....	181

CAPÍTULO 13

CONTROLES DA GESTÃO FISCAL	183
13.1 Noções Preliminares.....	183
13.2 Conceito de controle de gestão fiscal.....	184
13.3 Tipos de controles da gestão fiscal.....	187
13.3.1 Sistema de controle externo.....	187
13.3.1.1 Competências dos órgãos do sistema de controle externo.....	190
Poder Legislativo.....	190
Tribunal de Contas.....	193
13.3.2 Sistema de controle interno.....	196
13.3.2.1 Competências dos órgãos do sistema de controle interno.....	201

CAPÍTULO 14

GESTÃO FISCAL – EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E

TRANSPARÊNCIA.....	205
14.1 Noções preliminares	205
14.2 Atos constitutivos e executórios da gestão fiscal.....	207
14.3 Instrumentos de deflagração da fiscalização dos atos da gestão fiscal.....	209
14.4 Instrumentos da transparência da gestão fiscal	210

CAPÍTULO 15

ATOS CONSTITUTIVOS E EXECUTÓRIOS DA GESTÃO

FISCAL.....	213
15.1 Introdução	213
15.2 Planejamento.....	214
15.3 Coordenação	216
15.4 Descentralização administrativa.....	217
15.5 Delegação de competência.....	220
15.6 Supervisão hierárquica.....	222
15.7 Homologação.....	223
15.8 Plano plurianual.....	225
15.9 Lei de Orçamento Anual	226
15.10 Lei de Diretrizes Orçamentárias	226
15.11 Plano geral de governo.....	230
15.12 Créditos adicionais	231
15.13 Operações de créditos	234
15.14 Lançamentos	235
Lançamento de ofício.....	236
Lançamento por declaração.....	237
Lançamento por homologação.....	238
15.15 Arrecadação	239
15.16 Recolhimento	242
15.17 Programação financeira de desembolso	243
15.18 Empenho de despesa	245
15.19 Liquidação de despesa	247
15.20 Pagamento de despesa	248
15.21 Suprimentos de fundos	249
15.22 Inscrição da dívida ativa	250
15.23 Inscrição em restos a pagar.....	254
15.24 Avaliação patrimonial	261
15.25 Dos procedimentos administrativos e judiciais.....	262
15.25.1 Direito de petição	263
15.25.2 Pedido inicial de prestação administrativa	264
15.25.3 Pedido de reconsideração	266
15.25.4 Recurso administrativo	267
15.25.5 Recurso de revisão	269
15.25.6 Mandado de segurança.....	272

15.25.7	Ação anulatória	274
15.25.8	Ação popular	276
15.25.9	<i>Habeas data</i>	280

CAPÍTULO 16

INSTRUMENTOS DE DEFLAGRAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DOS ATOS DA GESTÃO FISCAL		285
16.1	Noções gerais	285
16.2	Funções estatais	288
16.3	Instrumentos de deflagração da fiscalização dos atos da gestão fiscal	291
16.3.1	Consulta administrativa	292
16.3.2	Representação administrativa	296
16.3.3	Denúncia administrativa	302
16.3.4	Sindicância administrativa	304
16.3.5	Consulta legislativa	306
16.3.6	Representação legislativa	308
16.3.7	Denúncia legislativa	310
16.3.8	Sindicância legislativa	312
16.3.9	Reclamação legislativa	314
16.3.10	Pedido de sustação ao legislativo de ato	316

CAPÍTULO 17

INSTRUMENTOS DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL		319
17.1	Noções Preliminares	319
17.2	Relatório resumido da execução orçamentária	320
17.3	Relatório da Gestão Fiscal	322
17.4	Prestação de contas de gestão	326
17.5	Prestação de contas de governo	333
17.6	Prestação de contas especiais	338
17.7	Tomada de contas de gestão	339
17.8	Tomada de contas de governo	340
17.9	Tomada de contas especiais	342
17.10	Parecer prévio	342

CAPÍTULO 18

DOS AGENTES PÚBLICOS NA GESTÃO FISCAL		347
18.1	Noções preliminares	347
18.2	Conceito de agentes públicos	351
18.2.1	Agentes políticos	352
18.2.2	Agentes colaboradores ou honoríficos	354
18.2.3	Agentes delegados	354
18.2.4	Agentes administrativos	355
18.2.4.1	Servidores Públicos Especiais	355
18.2.4.2	Servidores públicos estatutários	356
18.2.4.3	Servidores públicos celetistas	357

18.2.4.4	Servidores públicos temporários	357
18.3	Agentes públicos executores da gestão fiscal	359

CAPÍTULO 19

DAS RESPONSABILIDADES DOS AGENTES PÚBLICOS NA GESTÃO FISCAL		361
19.1	Noções preliminares	361
19.2	Agentes públicos da gestão fiscal	363
19.3	Responsabilidade dos agentes públicos na gestão fiscal.....	363

CAPÍTULO 20

APLICAÇÃO DOS TIPOS DE RESPONSABILIDADES AOS AGENTES PÚBLICOS DA GESTÃO FISCAL		365
20.1	Noções preliminares	365
20.2	Conceito de responsabilidade civil.....	368
20.3	Responsabilidade civil dos agentes públicos da gestão fiscal	371
20.4	Responsabilidade penal dos agentes públicos da gestão fiscal.....	374
20.5	Responsabilidade político-administrativa dos agentes públicos da gestão fiscal.....	377
20.6	Responsabilidade administrativa dos agentes públicos da gestão fiscal	379
20.7	Responsabilidade jurídico-contábil dos agentes públicos da gestão fiscal	381

CONCLUSÃO	383
-----------------	-----

ÍNDICE DE ASSUNTOS	385
--------------------------	-----

ÍNDICE DA LEGISLAÇÃO	389
----------------------------	-----